



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1º TENENTES DO
QUADRO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (QOPM E QOC),
PARA O ANO DE 2007. PROVA II

EAP 1º TEN QOPM e QOC

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

NOME: _____ Nº POL.: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
3. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. A prova terá duração de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala após transcorrido o tempo mínimo de 01:00 (uma hora).
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

1ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Lei n. 5.301, de 16/10/69, no que se refere aos requisitos para ingresso na PMMG, pode-se afirmar que:

- A. () o teste de capacitação física consiste em provas de caráter eliminatório e classificatório.
- B. () para ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde, não há limite máximo de idade.
- C. () o requisito “ter aptidão física” é comprovado por meio de exames médicos e laboratoriais.
- D. () a altura mínima para ingresso é de 1,65m.

2ª QUESTÃO – Determinado 3º Sargento questionou ao Chefe da SRH da sua Unidade quanto às atuais normatizações relativas ao CHO e ao QOC, sendo-lhe informado que:

- I. o 1º Sargento pode concorrer ao CHO, desde que tenha, no mínimo, quinze anos e, no máximo, vinte e quatro anos de efetivo serviço na PMMG, até a data da matrícula no curso.
- II. o aluno do CHO que concluir o curso, mas ficar impedido de promoção, retornará ao seu grau hierárquico anterior.
- III. os alunos aprovados no CHO que ingressam no posto de 2º Tenente poderão ser promovidos até o posto de Major. (Na ativa só até Capitão).
- IV. o 2º Sgt pode concorrer ao CHO desde que, além de outras condições, possua, no mínimo, seis anos de efetivo serviço na graduação.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e III, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () todas estão corretas.
- D. () I, II e IV, apenas.

3ª QUESTÃO – Um dos 2º tenentes candidatos à promoção por merecimento em 25/08/07, encontra-se na seguinte situação: classificado no conceito “B” com vinte e cinco pontos negativos e indiciado em IPM que está em curso por crime contra o patrimônio. Nesta condições, o referido oficial:

- A. () concorrerá à promoção e poderá ser incluído no quadro de acesso, mas não será promovido.
- B. () não concorrerá à promoção, pois não preencherá o requisito comportamento disciplinar satisfatório.
- C. () concorrerá à promoção, mas não poderá ingressar no quadro de acesso.
- D. () estará impedido de concorrer à promoção, em face da acusação da prática de crime contra o patrimônio.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

4ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Lei n. 5.301, de 16/10/69, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () a promoção ao posto de Tenente-Coronel somente ocorrerá por merecimento.
- B. () Para promoção a Capitão, possuir o EAP não é obrigatório para os 1º Tenentes do Quadro de Oficiais de Saúde.
- C. () o tempo de exercício de cargo público civil temporário não é computado para fins de promoção, salvo para promoção por antiguidade.
- D. () o resultado do EAP altera a ordem de classificação dos oficiais por antiguidade.

5ª QUESTÃO – Em 01/08/07, um soldado solicitou à sua Unidade esclarecimentos sobre a sua promoção a Cabo PM, por tempo de serviço, nos termos da Lei n. 5.301, de 16/10/69, considerando que:

- I – Foi promovido a Sd 1ª Classe em 01/07/97 e, desta forma, entende que completou dez anos de efetivo serviço na graduação em 01/07/07.
- II – Encontra-se à disposição da ASS, que é uma entidade associativa de militares, desde 01/01/07.

Nestas circunstâncias, é **CORRETO** afirmar que o militar:

- A. () poderá ser promovido a Cabo PM, por tempo de serviço e os efeitos da promoção retroagirão a à data em que completou dez anos de efetivo serviço, desde que atenda às demais condições.
- B. () não poderá ser promovido, pois encontra-se à disposição de entidade associativa de militares, que é uma das causas de impedimento.
- C. () poderá ser promovido a Cabo PM, por tempo de serviço, a partir da data da publicação do ato de promoção, no entanto sem retroação.
- D. () não poderá ser promovido, pois o tempo à disposição da entidade associativa de militares deve ser deduzido do tempo de efetivo serviço, para fins de promoção.

6ª QUESTÃO – O direito do militar aos vencimentos da ativa, de acordo com o previsto na Lei n. 5.301, de 16/10/69, cessa na data:

- A. () da sentença condenatória transitada em julgado.
- B. () em que o militar for declarado incapaz definitivamente para o serviço.
- C. () em que a licença continuada do militar para tratamento de pessoa de sua família ultrapassar seis meses de duração.
- D. () da deserção.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

7ª QUESTÃO – NÃO se computa como tempo de serviço, nos termos da Lei n. 5.301, de 16/10/69, o de:

- A. () licença para tratamento de saúde que exceda de sessenta dias no decurso de doze meses.
- B. () **licença para tratamento de saúde que exceda de noventa dias no decurso de doze meses.**
- C. () ausência do quartel, por qualquer período.
- D. () prisão disciplinar, mesmo que sem prejuízo do serviço.

8ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 14.310, de 19/06/02 – CEDM, é **CORRETO** afirmar:

- A. () o militar punido por falta ao serviço perderá os vencimentos correspondentes aos dias em que se verificar a transgressão, desde que tenha sido punido com suspensão.
- B. () as sanções disciplinares, em hipótese alguma, podem ser publicadas em boletim interno e divulgadas ostensivamente.
- C. () **a destituição do militar de um cargo é uma medida que pode ser aplicada cumulativamente com uma sanção disciplinar.**
- D. () a sanção disciplinar possui caráter eminentemente repressivo.

9ª QUESTÃO – O Título V do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, que trata da Inatividade, em seu Capítulo III versa sobre a Reforma. Acerca do assunto, é **CORRETO** afirmar:

- A. () o militar que, em inspeção de saúde, for declarado portador de moléstia ou lesão incompatíveis com o serviço policial-militar, mas curáveis mediante intervenção cirúrgica, e não quiser submeter-se a esta, será reconduzido ao serviço ativo, em função que seja capaz de desempenhar.
- B. () **o Oficial ou praça que estiver fisicamente impossibilitado de continuar no serviço ativo será, a pedido ou “ex-officio”, submetido a inspeção de saúde. Se for julgado incapaz para o serviço e tiver direito à reforma deverá apresentar os documentos respectivos dentro de 60 (sessenta) dias: se o fizer, será reformado compulsoriamente.**
- C. () se a doença de que sofre o militar o impossibilitar de vir à capital, para ser examinado pela Junta Militar de Saúde, o exame só poderá ser feito onde o mesmo se achar por profissional da área médica designado pelo IPSM.
- D. () a petição do oficial ou praça que se julgar com direito à reforma por incapacidade física deverá ser instruída exclusivamente com cópia do parecer do Diretor do Hospital Militar.

10ª QUESTÃO – O cancelamento das sanções disciplinares sofridas por um militar ocorrerá, segundo o previsto na Lei n. 14.310, de 19/06/02 – CEDM, decorridos cinco anos de efetivo serviço, a contar da data:

- A. () **da publicação da última transgressão.**
- B. () do cometimento da última transgressão.
- C. () da notificação da última transgressão.
- D. () de transferência para a inatividade.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

11ª QUESTÃO – O funcionamento do CEDMU, de acordo com o previsto na Lei n. 14.310, de 19/06/02 – CEDM, possui, entre outras, a seguinte regra:

- A. () a votação poderá ser iniciada pelo presidente ou pelo militar mais moderno.
- B. () o CEDMU poderá atuar sem a totalidade de seus membros.
- C. () o militar, cujo processo será apreciado pelo CEDMU, deverá ser previamente comunicado, sendo obrigatória a sua participação na reunião deliberativa do Conselho.
- D. () nas deliberações do CEDMU, o membro vencido deverá justificar o seu voto, de forma objetiva.

12ª QUESTÃO – Um soldado possui 5 anos de efetivo serviço na PMMG e já se encontra classificado no conceito “C”. Nesta situação, o militar será submetido a Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) se:

- A. () cometer uma falta disciplinar grave, desde que já seja reincidente em falta disciplinar de intensidade grave.
- B. () cometer nova falta disciplinar, qualquer que seja a natureza da transgressão.
- C. () cometer uma falta disciplinar grave.
- D. () cometer mais de uma falta disciplinar de natureza média, no período de um ano.

13ª QUESTÃO – No que tange à concessão da menção elogiosa escrita, nos termos do Decreto n. 42.843, de 16/08/02, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () é precedida de parecer do CEDMU.
- B. () o Comandante da Unidade, ao receber uma indicação de concessão da menção elogiosa escrita, deverá designar um militar para a apuração sumária do fato.
- C. () não pode ser concedida de forma coletiva.
- D. () deve ser publicada em boletim interno.

14ª QUESTÃO – Soldado de 2ª Classe lotado no 60º BPM está submetido ao Processo Administrativo de Exoneração (PAE), instaurado pelo Comandante do 60º BPM, pois foi reprovado no Curso Técnico em Segurança Pública. O PAE está sendo realizado por um 2º Tenente da Unidade, oficial que é amigo íntimo do militar processando.

Considerando estas informações e o previsto na Resolução n. 3.880, de 05/09/06, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () o PAE deverá ser anulado, pois o Cmt do 60º BPM não é autoridade competente para instaurá-lo.
- B. () não houve incorreção na instauração do PAE.
- C. () os atos praticados deverão ser anulados, pois o oficial que realiza o processo está legalmente impedido.
- D. () não se trata de caso de submissão do militar ao PAE, mas sim ao Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS).

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

15ª QUESTÃO – Questionado pelo processando sobre os prazos para conclusão do Processo Administrativo de Exoneração (PAE) e quanto aos recursos possíveis, o Capitão Cmt da Cia Escola do 80º BPM **CORRETAMENTE** informou ao aluno:

- A. () o prazo para a conclusão do PAE é de trinta dias, podendo ser prorrogado por até vinte dias.
- B. () o prazo para interposição do recurso, no caso de exoneração, é de dez dias, contados a partir da respectiva notificação.
- C. () o recurso interposto, no caso de exoneração, possui efeito suspensivo.
- D. () a remessa do recurso ao Comandante-Geral da PM, no caso de exoneração, dar-se-á por meio da Academia de Polícia Militar, unidade gestora do ensino na Instituição.

16ª QUESTÃO - De acordo com a Resolução nº. 3.890, de 08 de novembro de 2006, quanto à correta forma de aquisição, registro, cadastro, porte e controle interno de arma de fogo do acervo patrimonial da Instituição e de propriedade particular de militar, assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas assertivas abaixo. A seguir, marque a sequência **CORRETA**.

- 1. () A aquisição de arma de fogo, munição e colete balístico, diretamente da fábrica, será precedida de autorização pelo Comando do Exército.
- 2. () A aquisição diretamente da fábrica será realizada mediante Plano de Aquisição coordenado, no âmbito da Polícia Militar, pela DAL.
- 3. () O militar colecionador, atirador ou caçador registrará sua arma no Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da Região Militar (SFPC/RM) a que sua região geográfica estiver vinculada, para ser cadastrada no SIGMA, e encaminhará cópia do registro à sua Unidade, para publicação em Boletim Reservado.
- 4. () a falta de comprovação e declaração de efetiva necessidade de aquisição da arma e a não obtenção de aproveitamento nas disciplinas de armamento e treinamento com arma de fogo, para os militares discentes que ingressarem na Instituição, são consideradas situações impeditivas à autorização interna da PMMG para o militar adquirir arma ou munição.

- B. () V, V, F, F.
- C. () F, F, V, V.
- D. () V, F, F, V.
- A. () V, V, V, V.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

17ª QUESTÃO - Sobre a aquisição de armas de uso restrito, prevista na Resolução n. 3.890, de 08 de novembro de 2006, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () para a aquisição de arma de fogo ou munição de uso restrito na indústria, o militar fará solicitação formal, justificando o motivo pelo qual necessita da referida arma e encaminhá-la-á ao Diretor de Apoio Logístico.
- B. () no caso de extravio, por furto, roubo ou perda de arma de uso restrito, de propriedade particular de militar, este somente poderá adquirir nova arma de uso restrito depois de decorridos cinco anos do registro da ocorrência do fato em órgão da polícia judiciária, exceção feita nos casos em que se comprovar que não houve por parte do proprietário, imperícia, imprudência ou negligência, bem como indício de cometimento de crime.
- C. () feita a aquisição de arma de fogo ou de munição de uso restrito, tais materiais serão entregues pelo fabricante na Diretoria de Apoio Logístico e posteriormente entregues ao adquirente mediante apresentação da solicitação autorizada para aquisição.
- D. () apenas o militar da ativa poderá adquirir diretamente na indústria nacional armas de fogo de porte de uso restrito no calibre .40, destinadas a uso próprio.

18ª QUESTÃO - Sobre a apreensão, recolhimento, extravio, furto ou roubo de arma institucional ou particular, prevista na Resolução n. 3.890, de 08 de novembro de 2006, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () encontrada arma extraviada que já tenha sido objeto de indenização por militar, este será ressarcido com outra arma de igual modelo da extraviada.
- B. () a Unidade detentora da arma da Polícia Militar que vier a ser extraviada, furtada ou roubada deverá comunicar o fato ao Comando do Exército e instaurar procedimento administrativo para a apuração de responsabilidade civil, disciplinar ou criminal.
- C. () é responsabilidade do Comandante, Diretor ou Chefe do militar que apresentar restrição ao uso ou posse de arma de fogo, expressa em laudo médico ou psicológico, recolher a arma institucional e particular, caso tenha, a qual ficará guardada no Almoxarifado da Unidade até que cessem os motivos do impedimento, ou que seja transferida ou que seja recolhida à Polícia Federal.
- D. () ocorrendo extravio, por roubo, furto ou perda de arma de fogo, pertencente a militar, este deverá comunicar formalmente o fato ao seu Comandante, Diretor ou Chefe, num prazo máximo de 48 horas.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

19ª QUESTÃO – Em relação aos procedimentos alusivos à Sindicância Regular sobre acidentes que envolvam viaturas da PM, nos termos da Resolução n. 3.666, de 02/06/02 – MAPPAD, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () a sindicância não poderá ser dispensada, mesmo que no acidente os danos materiais sejam de pequeno valor e haja acordo formalizado entre as partes.
- B. () o objeto principal da sindicância é a apuração de responsabilidade (definição de culpa) pelo acidente e a consequente indenização.
- C. () somente poderá haver acordo quando um dos motoristas envolvidos no acidente se dispuser a ressarcir os danos havidos na viatura da PM.
- D. () os prazos a serem seguidos são maiores do que os previstos para a Sindicância Regular.

20ª QUESTÃO – Além de outros, é procedimento previsto na Resolução n. 3.666, de 02/06/02 – MAPPAD para a elaboração de sindicância regular reservada:

- A. () o relatório de agente, que é um documento formal de inteligência, pode ser juntado aos autos, desde que receba o carimbo de reservado.
- B. () as testemunhas de que tenha conhecimento o encarregado deverão ser ouvidas antes do acusado ou vítima, para constatação da denúncia.
- C. () as folhas da sindicância não necessitam ser carimbadas com o grau de sigilo, pois a portaria já especifica o caráter reservado da apuração.
- D. () a portaria deverá ser publicada em boletim interno e a solução em boletim reservado.

21ª QUESTÃO – Sobre as disposições contidas na Resolução n. 3.666, de 02/06/02 – MAPPAD, é **CORRETO** afirmar:

- A. () o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- B. () nos atos de um processo administrativo, o não atendimento a uma intimação implica o reconhecimento da verdade dos fatos.
- C. () a parte envolvida em um processo administrativo tem direito a obter certidões dos dados que o integram, sem ressalvas.
- D. () os autos de PAD, cuja decisão é de competência do Comando-Geral, deverá ser diretamente remetido à Corregedoria de Polícia Militar.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

22ª QUESTÃO – Em relação ao fornecimento de cópias de peças de Processos Administrativos, conforme previsto na Instrução de Corregedoria n. 01, de 22/09/05, é **CORRETO** afirmar:

- A. () o fornecimento de certidão ou de informação relativa aos autos é direito do militar, mas somente pode ser entregue ao seu advogado ou defensor legalmente habilitado.
- B. () nos casos em que o militar estiver realizando a autodefesa, é seu direito obter, mediante recibo, a carga dos autos do processo para fins de anotações ou fotocópias.
- C. () **poderão ser fornecidas fotocópias dos autos completos, às expensas do requerente, sempre que o interesse for apenas dele.**
- D. () nos casos em que a defesa estiver sendo feita por advogado legalmente habilitado, este somente poderá ter acesso aos autos na repartição militar, não podendo retirá-los para fotocópias ou anotações.

23ª QUESTÃO – É **CORRETO** afirmar, nos termos do Memorando n. 10.745, de 09/04/02, que trata das sanções por atos discriminatórios:

- A. () o agente público que impedir o acesso a local público de uma pessoa em face de sua orientação sexual deverá ser preso e conduzido à delegacia.
- B. () **tanto os dirigentes de pessoa jurídica de direito público como os de direito privado, no exercício da respectiva prática profissional, podem incorrer em penalidades quando ficar comprovado o ato discriminatório em razão da orientação sexual da vítima.**
- C. () há previsão de pena privativa de liberdade para os casos de discriminação em razão da orientação sexual da vítima.
- D. () a multa é a única sanção por atos discriminatórios prevista às pessoas de direito privado.

24ª QUESTÃO - Uma capitã compareceu no estabelecimento comercial de uma senhora, que além de comerciante era também motorista de táxi, e exigiu a doação de uma caixa de cerveja para o seu casamento, tendo argumentado antes que aquela senhora estava fazendo transporte irregular de alunos na zona rural sendo inabilitada, em uma Kombi sem condições de segurança e com excesso de lotação. Sentindo-se ameaçada, e receosa de alguma represália posterior, se negasse o pedido, a senhora concordou em “doar” a caixa de cerveja para o casamento da capitã. O crime cometido pela militar é:

- A. () excesso de exação.
- B. () **concussão.**
- C. () peculato-furto.
- D. () corrupção passiva.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

25ª QUESTÃO - Um 1º Tenente PM, que atendia uma ocorrência de roubo a estabelecimento, obriga um cidadão, que passava pelo local, a ser testemunha do fato que este nem sequer presenciou. O cidadão se negava a testemunhar, mas após ser ameaçado pelo oficial, deu seu testemunho no registro da ocorrência. Qual o crime cometido pelo tenente?

- A. () Cárcere privado.
- B. () Ameaça.
- C. () Seqüestro.
- D. () **Constrangimento ilegal.**

26ª QUESTÃO - As assertivas subseqüentes tratam de fatos que caracterizam crimes contra o patrimônio.

- I. Comete o crime de peculato o agente suprido que, iludindo a administração militar, quita corretamente com os beneficiários o valor das diárias de viagem que lhes são devidas, requisitadas em dobro pelo agente suprido que apropriou-se da diferença.
- II. Comete furto de uso o militar que, auxiliado por outras pessoas, sem o conhecimento do dono, retira para si material de construção de propriedade de um companheiro de farda e utiliza o material em sua residência para dar acabamento em um muro de arrimo.
- III. Comete o crime de apropriação indébita o militar que recebe de outros militares dinheiro para a compra de armas particulares a cada um e, ao contrário, deposita-o em sua conta bancária, utilizando-o em proveito próprio, sem ressarcimento das vítimas.
- IV. Comete crime de dano simples o militar que num acesso de fúria arremessa contra uma parede o monitor do computador de propriedade da Polícia Militar de Minas Gerais que utilizava para realizar suas atividades.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II, III e IV.
- B. () I, II e IV.
- C. () II, III e IV.
- D. () **I, III e IV.**

27ª QUESTÃO – Um cidadão foi preso ilegalmente. Ao ser liberado fez uma representação junto ao Ministério Público, que resultou na instauração de um inquérito. Os militares envolvidos ficaram apreensivos e, aceitando sugestão do sargento PM Cmt da guarnição, destruíram o BO, substituindo-o por outro, acrescido de um falso auto de resistência e de declarações falsas. Os militares componentes da guarnição, em relação às condutas acerca do documento BO, cometeram os crimes de:

- A. () uso de documento falso e falsificação de documento .
- B. () **supressão de documento e falsidade ideológica.**
- C. () supressão de documento e falsificação de documento.
- D. () uso de documento falso e falsidade ideológica.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

28ª QUESTÃO - Em conformidade com o Código de Processo Penal Militar, quanto ao modo como poderá ser iniciado o inquérito mediante portaria, assinale “VERDADEIRO” (V) OU “FALSO” (F) nas assertivas abaixo e, a seguir, marque a sequência **CORRETA**:

1. () em virtude de requisição do Ministério Público.
2. () a requerimento da parte ofendida.
3. () por decisão do Superior Tribunal Militar nos casos de instauração de novo inquérito, quando o anterior houver sido arquivado, mas ocorreram novas provas.
4. () quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.

- A. () V, V, V, F.
B. () V, F, V, F.
C. () F, F, V, V.
D. () V, F, F, V.

29ª QUESTÃO - Sobre o processo de deserção previsto no Código de Processo Penal Militar é **CORRETO** afirmar que:

- A. () a contagem dos dias de ausência, para lavratura do termo de deserção, iniciar-se-á a zero hora do dia em que for verificada a falta injustificada do militar.
- B. () o desertor que não for julgado dentro de noventa dias, a contar do dia da sua apresentação voluntária ou captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo.
- C. () o termo de deserção tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal.
- D. () iniciada a contagem dos dias de ausência de uma praça, o comandante da unidade mandará inventariar o material deixado pelo ausente.

30ª QUESTÃO - De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Desta forma,

- I – O encarregado do inquérito poderá manter incomunicável o indiciado, que estiver legalmente preso, por cinco dias no máximo.
- II – O inquérito deverá terminar no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- III – independentemente de flagrante delito, o indiciado por crime propriamente militar poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.
- IV – a autoridade militar poderá mandar arquivar os autos do inquérito quando conclusivo da inexistência de crime ou de inimizabilidade do indiciado.

- A. () As alternativas I e III estão corretas.
- B. () As alternativas I, II e IV estão corretas.
- C. () As alternativas II e III estão corretas
- D. () As alternativas II e IV estão corretas.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

31ª QUESTÃO - De acordo com a Lei Federal n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B. () mesmo que colabore com as investigações, o indiciado não terá o benefício da redução de pena.
- C. () não comete crime aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.
- D. () encontrando plantações ilícitas durante o atendimento de ocorrência policial, os militares poderão destruí-las, após recolhimento de quantidade suficiente para exame pericial, sendo de tudo lavrado auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

32ª QUESTÃO - O policiamento velado é uma atividade de preservação da ordem pública, em apoio ao policiamento ostensivo, e emprega militares em trajes civis, possuindo princípios que norteiam esta ação policial, conforme preconiza a DPSSP nº 01/2002. Estes princípios são:

- A. () objetividade, sustentação, inferência, oportunidade e reconhecimento.
- B. () racionalidade, efetividade, oportunidade, envolvimento e interação.
- C. () efetividade, oportunidade, interatividade, sustentação e racionalidade.
- D. () oportunidade, envolvimento, racionalidade, efetividade e objetividade.

33ª QUESTÃO - No caso de se deparar com um agente que esteja adquirindo, guardando, tiver em depósito, transportando ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal, o militar deverá em consonância com a Lei Federal n. 11.343, de 23 de agosto de 2006:

- A. () prender o agente em flagrante delito, lavrando o respectivo termo circunstanciado, apresentando o agente imediatamente ao juízo competente.
- B. () prender o agente em flagrante delito, apresentando-o imediatamente a autoridade de polícia judiciária.
- C. () encaminhar o agente imediatamente ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o agente o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.
- D. () encaminhar imediatamente o agente detido a autoridade de polícia judiciária, providenciando as requisições dos exames e perícias necessários.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

34ª QUESTÃO - De acordo com a Lei Federal n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, caso um militar se depare com um agente que, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, o militar deverá:

- A. () prender o agente em flagrante delito, lavrando o respectivo termo circunstanciado, apresentando o agente imediatamente ao juízo competente.
- B. () **encaminhar o agente imediatamente ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o agente o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.**
- C. () prender o agente em flagrante delito, apresentando-o imediatamente a autoridade de polícia judiciária.
- D. () encaminhar imediatamente o agente detido a autoridade de polícia judiciária, providenciando as requisições dos exames e perícias necessários.

35ª QUESTÃO - Quanto aos pressupostos básicos, previstos na DPSSP n°. 01/2002, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () uma das metas dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEP é atuar no monitoramento e fiscalização das atividades desenvolvidas pelos militares da área a qual o CONSEP pertence.
- B. () na perspectiva da teoria das oportunidades é necessário somente um ofensor motivado e alvos disponíveis para que um crime ocorra.
- C. () a centralização do planejamento e das soluções para os problemas de segurança pública no comando das Regiões de Polícia Militar é um dos princípios estratégicos que norteiam a gestão por resultados.
- D. () **o resultado mais visível da base geo-referenciada de informações é possibilitar a análise específica para problemas locais.**

36ª QUESTÃO - Segundo a DPSSP n°.01/2002, a atuação do Estado, no exercício de seu poder de polícia ostensiva, desenvolve-se em fases. Marque a alternativa **CORRETA** que explicita estas fases:

- A. () ação preventiva, segurança subjetiva e ressocialização.
- B. () **ordem, consentimento, fiscalização e sanção de polícia.**
- C. () objetividade, racionalidade e efetividade.
- D. () prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária.

37ª QUESTÃO - Marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () No deslocamento no estado de atenção, a posição mais adequada para condução da arma é a posição "Sul".
- B. () No deslocamento no estado de atenção, a arma permanecerá destravada no coldre.
- C. () A posição "Sul" é a mais adequada para deslocamentos rápidos e abordagens simples.
- D. () **O militar, ao deslocar-se em estado de atenção e deparar-se com um caso de risco real e iminente, após verbalização não atendida, deve adotar a posição de pronta resposta com sua arma.**

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

38ª QUESTÃO - O Manual de Prática Policial recomenda sobre o uso progressivo da força para a atividade operacional na qual o militar:

- A. () em uma abordagem sem variáveis intervenientes, com um suspeito no nível de submissão de resistente passivo o militar deve fazer uso da força suficiente para superar a resistência, podendo ser utilizados técnica de forçamento e agentes químicos mais leves.
- B. () encerre a verbalização, no caso do suspeito desobedecer aos comandos e oferecer resistência.
- C. () a entonação e a linguagem durante a verbalização dependem da atitude do suspeito. A utilização de uma linguagem ameaçadora desencoraja a resistência do suspeito permitindo o controle deste.
- D. () **necessita ter respostas variadas para situações de enfrentamento. Como existem agressões e resistências em diversas formas e graus de intensidade, o militar precisa adequar sua reação à atitude de submissão do suspeito provendo seu controle.**

39ª QUESTÃO - Segundo o que preconiza o Manual de Prática Policial, pensar taticamente é analisar a situação encontrada ou que irá encontrar, antecipando situações e problemas. Há um bom pensamento tático quando o militar avalia o perigo potencial, identificando ameaças e adotando as medidas apropriadas para vencê-las. Assim:

- I. O militar, na área de segurança, deverá estar atento aos pontos de foco para reduzir os riscos potenciais.
 - II. A tarefa do militar ao encontrar qualquer ponto de foco é contê-lo, isolá-lo e controlar qualquer ameaça que possa surgir dele.
 - III. Em um carro (ponto quente), o militar deve ficar atento às janelas e portas abertas (pontos de foco), pois são os locais mais prováveis para o surgimento de ameaças.
 - IV. Os olhos de um suspeito são um ponto de foco importante a ser controlado.
 - V. Em uma situação de risco real o militar deve concentrar sua atenção, força e energia onde e quando elas forem necessárias para neutralizar a ameaça o mais rápido possível, evitando a visão em túnel.
- A. () As alternativas II, III e V estão corretas.
 - B. () **As alternativas II e V estão corretas.**
 - C. () As alternativas II e III estão corretas.
 - D. () As alternativas I, II e IV estão corretas.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN QOPM e QOC / 2007 – PROVA II

40ª QUESTÃO - A maneira como o militar se relaciona com o suspeito durante a abordagem é fator decisivo para que o caso tenha uma solução satisfatória.

De acordo com o Manual de Prática Policial, assinale “VERDADEIRO” (V) OU “FALSO” (F) nas assertivas abaixo, que correspondem à correta forma de abordagem a um suspeito, e depois marque a alternativa que contenha a sequência **CORRETA**:

1. () ao invadir o espaço pessoal do suspeito o militar deve adotar a postura defensiva, elevando as mãos na altura de seu rosto, adotando uma guarda alta sem fechar os punhos.
2. () ao invadir o espaço pessoal do suspeito o militar deve se postar na posição interna daquele, ou seja, de frente para o suspeito e entre os braços deste.
3. () quando um suspeito vê o militar com uma postura que denote agressividade, ele pode, também, adotar um comportamento equivalente e confrontar-se com o militar.
4. () se o militar vê as mãos do suspeito e elas não lhe oferecem risco, o militar deve aproximar-se com uma das mãos sobre a arma e a outra elevada na altura do ombro, com a palma voltada para o suspeito.

A. () V, F, V, F.

B. () V, V, V, F.

C. () F, F, V, V.

D. () V, F, F, V.

corte aqui

RASCUNHO – GABARITO

1		11		21		31	
2		12		22		32	
3		13		23		33	
4		14		24		34	
5		15		25		35	
6		16		26		36	
7		17		27		37	
8		18		28		38	
9		19		29		39	
10		20		30		40	